



**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

**VETO TOTAL Nº 253/2025  
(Projeto de Lei nº 3712 /2025)**

Veto Total por inconstitucionalidade ao Projeto de Lei nº 3712 /2025, de autoria do (a) Dep. Sargento Neto, que "Cria o Selo de Qualidade Solidária para empresas do setor de supermercados e abastecimento alimentar que realizarem doação de produtos próximos ao vencimento a instituições sociais e dá outras providências".

**Exara-se parecer pela MANUTENÇÃO do Veto.**

**Parecer pela manutenção do veto** - Entendemos que, com relação aos aspectos que devem ser analisados por esta Comissão, apresenta razão o Governador do Estado na justificativa do veto. A proposta viola a competência privativa do Poder Executivo, uma vez que a proposta legislativa impõe atribuições e determina ações em áreas sensíveis como segurança alimentar e vigilância sanitária. Além de interferir na organização administrativa, a medida cria novas responsabilidades sem previsão orçamentária ou planejamento técnico adequado, comprometendo a eficiência da gestão pública. Assim, o veto preserva a separação de poderes, a legalidade, a responsabilidade fiscal e a autonomia do Executivo para conduzir políticas públicas nessas áreas estratégicas.

**AUTOR (A) DO PROJETO: DEP. SARGENTO NETO**

**AUTOR (A) DO VETO: GOVERNADOR DO ESTADO**

**RELATOR (A) DO VETO: DEP. DANIELLE DO VALE**

**PARECER Nº 840 /2025**

**I – RELATÓRIO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação recebe para análise e parecer o **Veto Total nº 253/2025**, ao **Projeto de Lei nº 3712/2025**, de autoria do (a) Dep. Sargento Neto que “Cria o Selo de Qualidade Solidária para empresas do setor de supermercados e abastecimento alimentar que realizarem doação de produtos próximos ao vencimento a instituições sociais e dá outras providências”.



### **Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

A proposta cria o Selo de Qualidade Solidária, a ser concedido a empresas do setor de supermercados e abastecimento alimentar que realizarem doação de produtos com até cinco dias para o vencimento, destinados a asilos, casas de recuperação de dependentes químicos e demais instituições coletivas de cuidados.

O Chefe do Poder Executivo Estadual, com fulcro na Constituição Federal, art. 65, § 1º, **vetou totalmente** o referido projeto, por considerá-lo **inconstitucional**, pelas razões que especifica.

Instrução processual em termos.

Tramitação na forma regimental.

É o relatório.



### Comissão de Constituição, Justiça e Redação

## II – VOTO DO RELATOR

O Veto Total ao Projeto de Lei nº 4063/2025, que neste momento é submetido a esta Comissão, é fundado, resumidamente, **na violação à competência privativa do Poder Executivo, já que a proposta legislativa interfere na organização administrativa ao impor atribuições a órgãos do governo estadual. Além disso, cria novas responsabilidades sem previsão orçamentária, afrontando o princípio da separação de poderes e a reserva de iniciativa, o que justifica sua manutenção.**

Instada a se manifestar, a Agência Estadual de Vigilância Sanitária (AGEVISA) apresentou parecer pelo veto total alegando que para que uma empresa esteja devidamente legalizada junto aos órgãos competentes - que se supõe ser a Vigilância Sanitária, não apenas basta que esteja registrada e sim devidamente licenciada (art. 46 do Decreto Federal nº 986/69 cc art. 136 da Lei Estadual 4.427/82) após as devidas fiscalizações, para garantir que o estabelecimento esteja funcionando dentro das normas sanitárias vigentes. Além disso, alegam que a Segurança alimentar ultrapassa apenas o acesso físico a um alimento dentro do prazo de validade e o referido Projeto não traz qualquer menção a esse cuidado e aos demais critérios técnicos que determinam que um alimento esteja apto e seguro para consumo, violando todos os preceitos instituídos pela RDC Anvisa nº 216/2004, que dispõe sobre Regulamento Técnico de Boas Práticas para Serviços de Alimentação.

Efetivamente, cabe a esta Comissão, nos termos do parágrafo único do art. 227 da Resolução 1.578/2012 (Regimento Interno da Assembleia Legislativa da Paraíba), manifestar-se a respeito do veto quando este for, no todo ou em parte, fundado em inconstitucionalidade.



### **Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

Após detida análise das razões apresentadas, conclui-se que **ASSISTE RAZÃO** ao Chefe do Poder Executivo, para garantir a observância dos limites constitucionais e preservar a competência privativa do Poder Executivo, especialmente em temas sensíveis como segurança alimentar e vigilância sanitária.

A proposta legislativa interfere diretamente na organização administrativa ao impor atribuições a órgãos do Executivo e determinar a forma como políticas públicas nessas áreas devem ser conduzidas.

Tais matérias demandam planejamento técnico, coordenação intersetorial e estrutura adequada, elementos que são de responsabilidade do Executivo e não podem ser determinados por ato legislativo. Ao avançar sobre essas competências, a norma proposta viola a separação de poderes e a reserva de iniciativa, comprometendo a autonomia necessária para a implementação eficiente das ações de segurança alimentar e vigilância sanitária no Estado.

Além disso, a proposição cria novas responsabilidades para órgãos estaduais, sem previsão orçamentária ou planejamento técnico que viabilize sua execução. Medidas dessa natureza, especialmente em áreas estratégicas para a saúde pública, exigem avaliação criteriosa de impacto e estrutura de fiscalização adequada, o que não pode ser imposto de forma unilateral pelo Legislativo.

Assim, a manutenção do veto assegura a legalidade, a responsabilidade fiscal e o bom funcionamento das políticas públicas voltadas à proteção da saúde coletiva, reforçando a necessidade de que decisões sobre segurança alimentar e



**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

vigilância sanitária permaneçam sob a coordenação técnica e administrativa do Poder Executivo.

Por fim, esta relatoria, depois de retido exame da matéria, vota pela **MANUTENÇÃO do Veto Total no 253/2025 ao PLO 3712/2025.**

É como voto.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 2025

**DEP. DANIELLE DO VALE**  
**Relatora**

**Comissão de Constituição, Justiça e Redação**

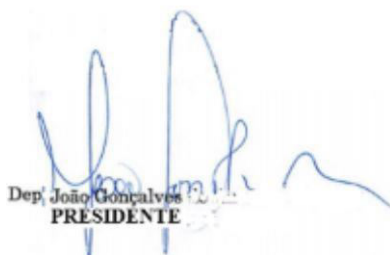
**IV - PARECER DA COMISSÃO**

A Comissão de Constituição, Justiça e Redação, adota e recomenda, por unanimidade, o parecer do Senhor(a) Relator(a), pela **MANUTENÇÃO do Veto Total nº 253/2025 ao PLO 3712/2025.**

É o parecer.

Sala das Comissões, em 11 de novembro de 2025.

---

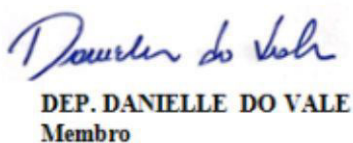


Dep. João Gonçalves  
PRESIDENTE



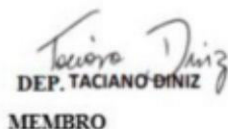
DEP. CÂMILA TOSCANO  
Membro

DEP. CHICO MENDES  
Membro



DEP. DANIELLE DO VALE  
Membro

DEP. FELIPE LEITÃO  
Membro



DEP. TACIANO DINIZ  
MEMBRO



DEP. SILVIA BENJAMIN  
MEMBRO

---